

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 690.944 - RJ (2015/0069520-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A
ADVOGADOS : CECÍLIA MENDES DE MAGALHÃES E NOVAES - RJ103689
DENISE ROMIO E OUTRO(S) - SP130322
ANDRÉ BARABINO - SP172383
OCTAVIANO BAZILIO DUARTE FILHO - SP173448
TÂNIA PINTO GUIMARÃES DE AZEVEDO - RJ104030
AGRAVADO : BRASUSA COMERCIAL E FRANQUIA LTDA - ME
ADVOGADOS : LUIZ DE ANDRADE MENDES E OUTRO(S) - RJ046072
MARIA CLÁUDIA SALLES PARENTE - RJ084939
JORGE ROBERTO HALL BARBOSA - RJ094674
MARIA GABRIELA SLAIB CRUZ PEREIRA - RJ161087
ADVOCACIA FONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S E
OUTRO(S) - DF061500

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. ILÍCITO CONTRATUAL. DESVALORIZAÇÃO DA MARCA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem interpretação de cláusulas contratuais e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).
2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela existência de violação dos deveres contratuais, nexos de causalidade e dano decorrente da desvalorização da marca. Entender de modo contrário demandaria nova análise do contrato e dos demais elementos fáticos dos autos, inviável em recurso especial, ante o óbice das referidas súmulas.
3. Não se considera comprovado o dissídio jurisprudencial, se não houve demonstração da divergência, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**/Relator